MONTE DO CARVALHEIRO: RURALIDADE E CIVILIZAÇÃO... ★ SOBREVIVÊNCIA ANÁRQUICA EM TEMPOS SOMBRIOS ★ GRÉCIA 2008

ALAMBIQUE

#II '09



ALENTEJO, SALVEM-ME PORRA! ★ ESPAÇO PÚBLICO ★ ANARKO PUNK AO SUL

ALAMBIQUE

Passou muito mais tempo do que contávamos a sair com um segundo Alambique. Preferíamos de outro modo, mas talvez valha a pena entender a ausência em causa. Isto porque ainda que o tenhamos dito desde o inicio, o resultado que tem nas mãos, resulta de algo entendido como um Projecto em torno do que apelidámos de Centro de Cultura Anarquista (CCA) Gonçalves Correia. Julgamos porém que nos fizemos ultrapassar por esta designação, ou melhor pelos anseios que a mesma expunha. Ainda que cientes de lidarmos com algo meramente em construção, acabamos por resultar em pouco mais do que uma aglomeração, propulsionada pela existência de actividades programadas num determinado espaço, e não exactamente numa afinidade. Não pretendemos menorizar o que foi sendo feito, e muito menos a presença de um local em Aljustrel (e sobretudo o que este proporciona), mas na verdade por muito mais que tod@s o desejássemos, este espaço nunca se concretizou ele mesmo, e por si, num Centro de Cultura Anarquista. Daí que nos pese por vezes ver semelhante ênfase (essencialmente visto de fora e não de dentro), esquecendo aquilo que esteve sempre na base: um projecto. E como em tantas e outras repetidas situações erradamente pondo o espaço à frente do projecto. Não é nenhum drama, ver que as coisas acabam não sendo aquilo que tanto se fala (ou se espera), pelo que não esperem encontrarem-nos sempre no mesmo sítio do costume. Como Gonçalves Correia gostamos de vaguear...

Porque se ainda aqui estamos, é porque algo, uma dinâmica, mais importante subsiste. Um punhado de indivíduos que se encontra naquilo que outros chamaram de "projectualidade individual anarquista" na qual "para agirmos sobre a vida, ao invés de ela ser algo que nos acontece, precisamos de saber o que desejamos e como tentar alcançá-lo, precisamos de saber quem nos impede de o fazer e quem são os nossos potenciais cúmplices nesta aventura colectiva pela liberdade individual". Cada um de nós age e toma a iniciativa no desenvolvimento do seu projecto, em possibilidades que se multiplicam quando nos cruzamos.

E apesar, ou por vias, da simplicidade desta equação, que tant@s já evidenciaram no eterno conflito do Individuo e do Estado, é hoje mais do que nunca desconcertante para a autoridade a palavra anarquistas. Entre este Alambique e o anterior, nunca a evidência nos foi tão directamente apresentada quando fomos convidados pela GNR de Aljustrel a "explicar" o que íamos fazer no Festival CCA Gonçalves Correia que aconteceu em Julho passado, sugerindo-se também eles incrédulos com um alerta lá de cima de alguns "leitores" atentos da blogesfera libertária. As inquietações destes democratas eram afinal as mesmas de sempre (há quem ainda pense que cabiam ao passado): do que íamos f-a-l-a-r ...não eram os concertos, eram os debates e os workshops que os preocupavam. Atentos às palavras, e receosos, receosos como sempre. Alimentando o medo, como o combustível das nossas vidas.

E do que falámos? Exactamente aquilo que agora podes ler neste número. Nem pôr nem tirar. Leiam. Apenas uma matéria veio de novo, com tamanha força, que jamais deixará as coisas na mesma: Grécia. O mesmo mundo mediterrânico, acossado pelo progresso: destruindo olivais seculares, hipotecando a paisagem ao turista, e tal como nesta outra ponta da Europa, dominado pela repressão e pelo capitalismo. E a luta anti autoritária que aí nunca deixou de existir, de um dia para o outro, estava incontrolável.

Já houve quem dissesse: "não há qualquer dúvida de que uma nova fasquia foi colocada no que se pode esperar nos países Ocidentais durante a vindoura era de depressão económica e de declínio ambiental. Os governos europeus irão sem dúvida reforçar as suas políticas de vigilância e repressão em antecipação às crescentes agitações civis. Mas isso pode não ser suficiente para manter as populações subjugadas à medida que crise atrás de crise ponha em causa a existente combinação do poder e dos privilégios."

Alentejo, Janeiro 2009

O Alambique é feito a partir de textos de um certo grupo editorial e de algumas colaborações a quem agradecemos. cca.alambique@gmail.com / Apt. 76, 7600 Aljustrel

ALENTEJO,

SALVEM-ME PORRA !!!

As mudanças de cores e formas na paisagem alentejana recordam ao mais desatento, que existe um ritmo que flúi da natureza. E no entanto, a paisagem alentejana é essencialmente fruto da acção humana.

A coexistência espacial e temporal do Homem com o Ambiente, aplanou ao longo do século XX as terras alentejanas que não chegamos a conhecer, conquistando o espaço à milenar paisagem mediterrânica por via da crescente maquinaria e produtividade agrícola e da exploração camponesa, para bem do grande latifúndio e do "celeiro da nação"... Nesse passado recente as "campanhas do trigo" de Salazar, assinalaram de forma extrema as grandes alterações nas terras do Sul, ditando a imagem de marca alentejana e todo um enquadramento natural e humano no qual se veio a moldar o Alentejo. É pois importante notar de que ao falarmos da paisagem procuramos inquirir a mais importante dualidade que caberá nos dias de hoje rebater: Natureza e Homem.



SÉCULO XX:
ALENTEJO, CELEIRO DA NAÇÃO...

A paisagem humanizada na qual nascemos é na história do Alentejo, uma marca muito recente que em menos de 100 anos alterou radicalmente o que milhares de anos antes pouco se demovera. Na sequência da transtornante revolução agro-industrial do séc. XX e da esgotante conquista de "espaço" que marcou o denominado "século do povo", o expoente máximo no nascimento da paisagem alentejana surgiu com as campanhas do trigo do Estado Novo. Esta levou à destruição de extensas áreas de bosque e matagal mediterrânico, e à imposição das estepes cerealíferas, ao mesmo tempo que se consolidava a outra grande expressão territorial, com a valorização da cortiça, que é o montado.

Frente a essas transformações radicais do meio, a natureza porém reagiu num conjunto de situações onde a biodiversidade se adaptou a habitats criados artificialmente, assim colocando nas mãos da interacção Homem/ Natureza um papel predominante da sua própria sobrevivência. É o caso dos montados nascidos da abertura do bosque primitivo, albergando o secular testemunho de imponentes sobreiros e azinheiras; ou as estepes cerealíferas, dependentes de um sistema tradicional de rotação de culturas de sequeiro, que criaram condições ecológicas próprias e extremamente importantes, de que as zonas de protecção à avifauna em Castro Verde, são exemplo.

Todavia, de imediato o imperativo económico ditou os principais problemas com que essas mesmas terras haveriam de lidar, assim como ao que restava dos bosques e matagais mediterrânicos nas serras alentejanas ou em encaixados vales por entre ribeiras. Dos anos 40 e até finais do Estado Novo, a Nossa Senhora de Fátima Alentejana, nasceu de uma politica agrícola que pretendia a implementação de um plano integrado de regadio para todo o Alentejo e cuja catedral era a prometida Barragem do Alqueva. Foi o



início de uma profunda e significativa alteração dos sistemas de exploração da terra, no qual as "politicas agrícolas" deixaram de lado e de vez a sua ligação umbilical à "terra".

Por outro lado, desde a década de 60, que o montado foi sendo abandonado, e numa velocidade louca a desertificação e erosão extrema dos solos desencadeou-se com o derrube de azinho e sobro, para dar lugar a grandes eucaliptais ou pinhais, ferindo de morte grandes áreas, como as serras do Cercal ou Odemira. Se o montado, biótipo que só existe na Península Ibérica, era a réplica adequada à aridez do clima, a florestação do papel sentenciou-o de morte.

SÉCULO XXI: A GLOBALIZAÇÃO DA PAISAGEM...

São os próprios relatórios nas gavetas de Bruxelas e Lisboa, assumindo a paisagem como sistemas dinâmicos, que alertam para "as tendências de industrialização, urbanização, concentração e especialização, intensificação ou extensificação, abandono, que afectam hoje os territórios com uma intensidade sem precedentes e que exigem novos tipos de intervenção de forma a garantir um equilíbrio que, tradicionalmente, era assegurado de modo espontâneo".

Se a paisagem funciona como identidade única de cada lugar, mais que um registo da nossa memória natural e cultural, funciona como um reflexo dos nossos valores e das nossas aspirações. Espelha a identidade colectiva e como nos comportamos diariamente. E nessa vivência, tal como na paisagem, a questão será sempre se nos incorporamos nela, de acordo com a nossa própria vontade, naturalidade e necessidades ou por imposição do que este ou aquilo nos quer sujeitar.

No Alentejo, ao longo dos tempos, antes ou após a ditosa reforma agrária nos campos do Sul, seja pela voz de odiosos latifundiários ou de pregadores comunistas, a máquina humana não parou um minuto para pensar naquilo que apropriava a bem da "produtividade". Hoje, compadres à mesma mesa, essas mesmas vozes falam em uníssono em "investimento" e "perspectivas de futuro" para a região.

A ideia de progresso da terra alentejana formulada no Estado Novo manteve-se precisamente a mesma, até aos democratas de hoje. Mesmo que questionados e afrontados os donos das terras, nesse breve intervalo histórico nos anos setenta, o que nunca chegou a ser questionado foi a própria natureza da relação com a terra. As metas lançadas outrora – do Alqueva, à indústria energética de Sines ou ao Aeroporto de Beja, etc. – assentam na perspectiva de tábua rasa das terras, cuja enormes extensões e propriedades únicas representam um campo aberto e privilegiado a projectos assentes em desmesuradas infra-estruturas ou em monoculturas intensivas. Projectos, hoje ditos de interesse nacional (vulgo PIN's), cuja grandiosidade não dispensa comprometer a própria sobrevivência – que é física e natural em primeiro lugar e só depois social – das terras alentejanas.

É o progresso! Aclamam triunfantes os neo-liberais de hoje, como o ex-ministro das Finanças Ernâni Lopes, defendendo o Alentejo como o maior potencial de crescimento do país, sob a orientação geral de uma visão que chama de "Grande Ogiva do Sul". Estratégia de imediato secundado e bajulada pelos comunistas de hoje, como Francisco Santos, presidente da Câmara Municipal de Beja, que em nome dos autarcas alentejanos aponta a região como a chave do desenvolvimento... o Alentejo, noticia-se de imediato, "pode ser o futuro do país".

Se às mutações da paisagem destes campos ao longo do séc. XX se contrapôs a adaptação natural dos ecossistemas, garantindo as práticas rurais tradicionais a sua preservação, já o que o séc. XXI inaugurou na região, e que a "Grande Ogiva do Sul" anuncia, é... aterrador.

Menos alarmistas é certo, mas não menos frontais, é pertinente lembrar que este cenário não é

invenção de ecologistas radicais, mas algo reconhecido no próprio Diagnóstico e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental de 2002, que alertava: "Face às tendências crescentes da globalização, com a consequente padronização no funcionamento e nos valores das sociedades espalhadas pelo mundo, as paisagens têm vindo a sofrer transformações aceleradas no sentido da sua simplificação e resultante homogeneização. Deste modo, as características que em larga medida asseguravam o carácter de uma determinada paisagem são progressivamente substituídas por outras que não podem garantir essa realidade. (...) Tal como em todo o mundo, nas últimas décadas verificou-se uma aceleração e intensificação drástica dos processos de transformação da paisagem. Relativamente à situação actual, é possível afirmar que os problemas e desequilíbrios da paisagem portuguesa adquiriram maior gravidade por se terem generalizado por quase todo o espaço nacional, por corresponderem a processos mais rápidos, por serem mais drásticos (maior intensidade e gravidade das alterações) e, por se tratar de intervenções conduzidas com falta de sensibilidade para a complexidade e para o valor das paisagens, que são alteradas sem consciência de que se está a interferir simultaneamente em dimensões ecológicas, culturais, sócio-económicas e sensoriais, com consequências imediatas e a longo prazo sabre a qualidade de vida das comunidades humanas"...

O cenário de catástrofe, outro termo não existe se o virmos à escala do tempo e do espaço que abarca, pode ser visto sob os dois grandes eixos apontados para a região: Agricultura e Turismo. Comecemos pelo primeiro.



SÉCULO XXI:
ALENTEJO, OLIVAL DA NAÇÃO...

A política agrícola no Alentejo assenta praticamente e de corpo inteiro no Alqueva, e pretende até meados da próxima década concluir o sonho do Estado Novo e objectivo de todos os que se seguiram: o regadio do latifúndio alentejano. Mesmo a subjacente criação de reservas estratégicas de água, o recurso de que a humanidade depende, é caucionada pela privatização em curso das águas, o que lhe aufere o maior pessimismo à sua universalidade. Preocupação somada à nítida incapacidade de travar a poluição aquífera por via da intensificação agrícola que o projecto Alqueva promove, pela enorme artificialidade dos novos regadios, levando tudo à frente na rapina conquista das naturais condicionantes fisiográficas da terra.

Nem sequer foi necessária a conclusão do EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva – para ser posta em prática esta nova transformação da paisagem alentejana. Basta percorrer Serpa, Beja, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, etc., para cansar a vista no reticulado impassível e inflexível dos novos olivais, injectados em meia dúzia de anos por "nuestros hermanos" andaluzes. A expansão destas monoculturas intensivas é hoje a bandeira politica de Sócrates ao mais ferrenho autarca comunista da zona. Para estes últimos – cuja clausura nas forças produtivas sempre constituiu apanágio seu – eis de novo, lugar para o trabalhador rural dos campos do sul... de novo, o trabalho à jorna, a precariedade e sazonalidade, como as vantagens que se oferecem aos renovados camponeses. Eis os grandes investimentos económicos, seja ele o maior lagar da Europa em Ferreira do Alentejo e os seus... sete trabalhadores, seja ele a especulação latifundiária da região. Mas sobretudo, retomando o que temos vindo a falar, eis a pura e simples destruição das terras.

Neste novo olival – que tem mais de arbusto do que árvore pelo seu curto ciclo de vida – antecedelhe a ripagem do solo, ao qual é arrasada toda a vida animal, vegetal ou memória arqueológica que aí se encontrava. O arranque de milhares de azinheiras e sobreiros, com aval da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo e das Autarquias, e os solos rasgadas até à rocha que se seguem, aceleram a erosão e contaminação das terras que serão

o deserto alentejano. Deserto iludido pelo gota-a-gota das monoculturas, encarregues também em varrer ricas galerias ripículas de ribeiros, já tanto assolados nos seus ténues trilhos pelas barragens, pela poluição dos pesticidas, pela poluição orgânica do sobrepastoreio, pela dragagem de sedimentos… Adivinha-se ainda, que ao olival, o Alentejo dará a vida em troca desse outro grande maná do futuro que são os bio-combustiveis, cujas primeiras instalações industriais se edificam na frente tecnológica do Sul que é a cintura industrial de Sines.



É esta a agricultura alentejana, ao sabor das mudanças nas politicas agrícolas mundiais, e da cultura subsidio dependente que produziu fenómenos maiores dos que os do Entroncamento, como as proveitosas colheitas de jipes sob o sol alentejano… Por aí se percebe que uma viragem de rumo, não tem qualquer sentido se não atender à eterna questão que é a posse da terra, e que o problema agrícola é o velho problema do latifundiário.

Esse restrito clube de campo, que ora veda para caça áreas maiores que muitas freguesias deste país, ora engrossa cada vez mais as agro-industriais mundiais, sabe muito bem para quem é o regadio do Alqueva. E se o mercado passa à margem e por cima do pequeno e médio agricultor, menos ainda se preocupa com a biodiversidade, ou com os graves desequilíbrios ambientais que acarretam as novas monoculturas.

Os sinais destes renovados tempos vieram com o "olival espanhol". A sua ordem simétrica é a desordem galopante dos sistemas de cultivo da terra. Resultado da inadequação das práticas agrícolas às aptidões naturais e transformadas dos solos, e da falta de equilíbrio entre sistemas agrícolas e florestais complementares entre si. E esse reconhecido problema, não só aporta a má qualidade dos produtos da terra, como é responsável pela erosão, poluição e o desaparecimento da biodiversidade alentejana. Coisa pouca, apenas o desaparecimento da sua Identidade.

SÉCULO XXI: ALENTEJO, GOLF DA NAÇÃO…

O turismo é o outro faustoso sinónimo de progresso. Responde à insatisfação humana que cresce no dia a dia, seja na cidade ou na fábrica que o campo se vem tornando, colmatada por inúmeras panaceias diárias, que por mais eficazes que sejam – da televisão ao futebol – não prescindem do recarregar de baterias que as "férias", permissivamente, nos dão.

Porém, à partida e sem necessidade de mais nada, o Alentejo tem no seu horizonte essa capacidade de pausa e amplitude que falta ao sufoco e à insatisfação humana. Talvez seja devido a essa fama de lentidão e arrastada forma de olhar o mundo. Dir-se-ia que tem outro tempo, e um verbo que não poucas vezes se viu banido por questionar demasiado a máquina do tempo. Semelhantes ares alentejanos deixaram porém, e cada vez mais, de andar à solta. O mesmo quer dizer que tamanhas vistas e horizontes passaram a ser formatados na forma como devem ser: espaços cujo "lazer" não ofereça aos incautos veraneantes outros caminhos que não o de recarregar de baterias, devidamente adequadas à modernidade consumista do nosso tempo…

Esse aspecto primordial do turismo, se sempre existiu, está actualmente em galopante marcha nas imensas terras alentejanas. À venda finalmente! Diria o empreiteiro algarvio que não tem mais o que destruir… A mesma fórmula – resorts turísticos e campos de golf – para lá do encapotado paleio e balelas eco-sustentáveis, pretende homogeneizar e ditar uma só e permanente visão do usufruto da terra (desta feita da sua quietude): que a mesma será sempre dos mais ricos, que dela cuidarão ao sabor dos seus gostos e dos seus estilos de vida, e que trarão benemeritamente aos restantes o almejado desenvolvimento local…

A oferta turística é o discurso fácil (cego, surdo e mudo) que dita o futuro da região. Essa rota foi finalmente aberta pelas mãos de quem clama o que são os Projecto de Interesse Nacional, contornando o mínimo dos óbices que não pondere o território senão pela via do

lucro. E tudo isto a uma velocidade tal, disseminando por todo o lado o betão e o 'green' turístico 'algarvio', talvez ainda a tempo do próximo campeonato mundial de golf.

No litoral Alentejano, as dunas a Norte de Sines, são golpeadas pela Sonae, grupo Pestana e congéneres, não sendo qualquer figura de estilo falar da entrada de um Cavalo de Tróia Alentejo adentro. Aos gigantes resorts de Tróia, cujas praias e marinas são agora de restrito uso, banido a um qualquer sadino que seja, secundam-lhe até Melides – caído de vez no novo ordenamento litoral – os empreendimentos do Pinheirinho e de Costa Terra. E Sado adentro, sucedem-se projectos e mais projectos: Alcácer Resort, Monte dos Cadoços, Lousal, ou as Herdades da Alápaga, Batalha, Porches ou Rio Mourinho… A Sul, no que restava à margem do Portugal litoralizado, e sombreando as arribas da costa alentejana, no planalto costeiro de Vila Nova de Milfontes e Odemira a pressão urbanística e o turismo de massas é encabeçada e dá pelo nome dos conjuntos projectados de Vila Formosa e Pousadas Novas, Eco Camping Resort Zmar, A-de-Mateus, Morenos, Alcarias, Montinho da Ribeira etc… Semelhante investida se observa no interior alentejano. Para não falar do óbvio, isto é da frente ribeirinha das "terras do grande lago" Alqueva, e do grande "desenvolvimento" que trarão as dezenas de milhares de acamados turistas das estâncias de Reguengos de Monsaraz, Moura e Portel; o mesmo cenário é importado para as terras mais secas do Campo Branco. Em Castro Verde a nova vila, que nascerá junto à velha, dá pelo nome de Cavandela, não distante dos mega empreendimentos do Campanador Resort e da Quinta da Arrábida, em Ourique, do Castelo Alto em Almodôvar, Diogo Martins em Mértola, etc…

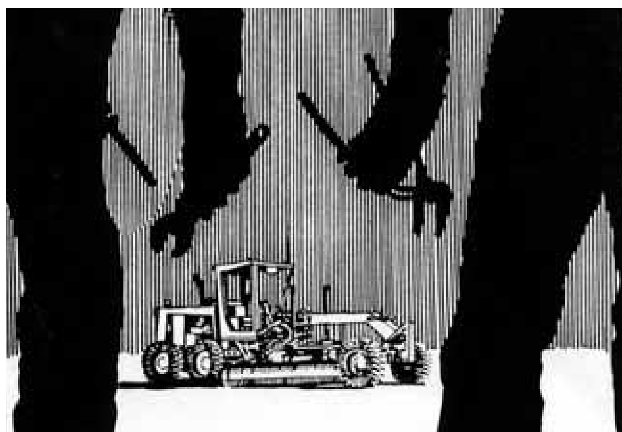
Perante tanto investimento e progresso na região, falar em contrário é certamente coisa de doidos. Mas loucos estaremos sim, e apenas então, se prosseguirmos de cenoura em cenoura nesse caminho que não pára para pensar no que destrói e compromete. Nos custos ambientais e sociais que tamanha e evidente alteração das paisagens comportam. Nos funestos impactes que significam a construção de grandes infra-estruturas (de barragens, auto-estradas, redes de alta velocidade, a resorts e campos de golf) e no inerente menosprezo pelos recursos e valores locais em nome das demandas globais que o progresso reclama e impõe.

É POIS ISTO O QUE QUEREMOS?!

Hoje qualquer discurso de circunstância não prescinde da ideia da defesa do ambiente e da paisagem. Mas é elucidativo que, em nome do eterno "desenvolvimento sustentável", tenha sido abandonado no léxico desse discurso a defesa de "áreas naturais" ou da "conservação da natureza" para se passar a falar em "paisagens culturais", nas quais a "cultura imaterial" é pela sua voluptuosidade a dama de honra. Na verdade até poderíamos estar no bom caminho se efectivamente o discurso observasse uma visão holistica do território. Mas quando os valores culturais são, por definição, valores ditados pelo homem (e desta feita bastante "materiais"), e quando o homem é, por determinação, ditado pela ânsia do lucro e da propriedade, o que esperar da defesa da natureza, ainda que implique, precisamente, a sobrevivência das espécies… humana incluída.

A alteração da determinação humana definirá por consequência uma nova paisagem. E isso começa por conhecermos e consciencializarmo-nos com o que nos rodeia. Reagir e resistir contra as ameaças que nos envolvem. Assumirmo-nos a nós mesmos na paisagem – à semelhança do latim pagus (pais) que lhe dá origem – como responsáveis pelo que ficará para os nossos filhos. Mas fazê-lo num sentido que abandone de uma vez por todas uma abordagem antropocêntrica, que coloca a cultura e o homem à frente de toda a paisagem possível. Que a paisagem natural retome a dianteira é um imperativo da mais pura e elementar sobrevivência. Olhar para a dinâmica natural das terras alentejanas e nelas conviver e não conquistar, impele-nos para a necessidade de resistir e atacar hoje a Máquina. Sem demoras.

Filipe Nunes



MONTE DO CARVALHEIRO:

RURALIDADE E CIVILIZAÇÃO...

Há poucos anos cruzámo-nos pelo Centro de Cultura Anarquista em Ferreira do Alentejo, com o grupo que no Monte do Carvalheiro, animava um projecto que ia muito para lá da agricultura biológica. Agora, já depois de se ter desmoronado a Cooperativa Terra de Vida, Agricultura e Ecologia, um dos canais principais do regadio do Alqueva irá trespassar as suas terras. Perante isso, José Pedro Raposo decide abandonar o Monte do Carvalheiro após cinco gerações na sua família. O progresso do Alqueva inconciliável e impassível a uma relação natural entre homem e o campo. Falámos com José Pedro, e registamos o testemunho da história do Monte e do seu projecto. Em torno da paisagem rural no Alentejo e no Mundo. À volta de natureza, ruralidade e civilização.

O Monte do Carvalheiro é uma referência quando falamos da agricultura biológica em Portugal. Mas antes de assim se ter tornado, ouvir a sua história, é rever um século de relações entre os alentejanos e a terra. Numa síntese da evolução da paisagem agrícola, José Pedro dá-nos conta de como a relação com a terra tem tudo haver com as relações entre as pessoas, e da existência ou não de uma comunidade.

O Monte pertence à minha família desde à 5 gerações e sobretudo as 3 primeiras gerações tiveram uma dinâmica evolutiva muito própria, com tudo aquilo que era o respeito pela natureza. O meu avô e o meu bisavô faziam isso. Antes de pôr uma parelha de mulas na terra, andava um rancho de mulheres à frente a marcar as azinheiras. Porque eles sabiam a importância disso, eles sabiam que para ter boas colheitas tinham que ter muitos seres vivos aqui. Viam a terra como Gaia, como um organismo vivo, do ponto de vista holístico. E isso é fundamental, se isso não entrar na cabeça do ser humano, ninguém vai conseguir mudar o que seja… Quando começam a vir os químicos e as máquinas há uma outra geração, do meu pai e do meu tio, que provavelmente sentem alguma resistência ou algum medo, mais medo aliás, até que entram na coisa. E a partir daí há uma mudança. Foi uma mudança já muito rápida, nos anos 50 ou 40. E aí tu tens de arrancar as árvores que foram protegidas com tanto carinho por tanto tempo, porque a máquina não passa por baixo, começas a despedir pessoal e a criar uma dinâmica diferente. Tu tens um núcleo urbano, vivo, que é o espírito de toda a parte física – o Monte – onde vivem pessoas, onde as pessoas regressam à noite, se alimentam, onde tem a sua comida. E a terra é a fonte dessa comida, onde vão de manhã e trabalham… Mas o que estava no centro da sua sobrevivência era a parte urbana. Onde as pessoas, com todos os falhanços, eram comunidades muito vivas. Havia uma discrepância muito grande do ponto de vista material, no fundo havia uma pessoa que era a dona maior do bolo, e as outras muitas vezes viviam muito mal, dependendo de casas para casas, uns mais tiranos, outros menos…mas a verdade é que eram estruturas sociais colectivas e vivas, dinâmicas. Com a entrada dos químicos tu tens de começar a pôr o pessoal daqui para fora, e acabas sozinho! O dono da terra acabou sozinho no Monte. A estrutura social morreu completamente, a alma, se quiseres, do sítio, perdeu-se. Tem que haver uma reestruturação completa, e o que é que importa? Começa a importar a parte exterior, a terra, que é o que dá o dinheiro para tu pagares a conta da luz e da água, porque entretanto já foste para a urbe.

E quando veio a integração europeia, pior ainda: tu já nem sequer estás ligado à terra, porque a maior parte do tempo passas a tratar de papéis. Deixas-te de ser um gestor da terra para passares a ser um gestor de papeis, de dinheiro exterior à própria terra. Alguma relação que existisse


Foto: João Branco

acabou, como se fosse uma vergonha viver no campo. Houve uma revolução completa nesta coisa que durou uns cerca de 40/50 anos, mais lentamente, até que rapidamente nos últimos 15/20 anos foi uma coisa completamente brutal. Toda a paisagem foi alterada também, começaram a aparecer os pivots, o regadio...

A dada altura entrei na loucura toda (instaleime na altura da integração europeia), e com toda aquela pressão enorme fiz as mesmas asneiras de que toda a gente. E vejo: isto está aqui uma armadilha de todo o tamanho. Já estava endividado até ao pescoço e pensei que já nunca mais ia conseguir sair disso. E então pensei, das duas uma, ou dou um passo em frente e tento continuar a investir e entrar nesta loucura, ou começo a pensar ao contrário. E felizmente comecei a pensar ao contrário. Entrei na agricultura biológica...

E o projecto colectivo no Monte...

O que é que acontece: existe uma parte urbana enorme, a que lhe falta a alma no fundo, um tecido físico, urbano e rústico que precisa de um tecido social para viver. Aqui começaram as primeiras experiências de juntar pessoas. E há a primeira crise cultural, que é que nos meios rurais as pessoas não querem estar no campo. As pessoas até acham estranho que tu vivas num sítio onde nem luz tem, e não querem, ficaram fartas, o seu pai já lhes disse que isto era muito mau e não querem nada disso. Quanto possível arranjar um emprego, numa Câmara ou num sítio desses. E então quais são as pessoas que começam a querer vir para o campo: são as pessoas da urbe, da grande urbe. Os filhos, os jovens...a quantidade de jovens que neste momento não suportam aquilo, que estão depressivos, que estão metidos em drogas. Muitos deles começaram a ver um caminho diferente que é ligar-se à natureza. Mas o que é que acontece: essas pessoas também tem um problema que é uma visão romântica do campo e da natureza, uma coisa que me faz bem, que me faz evoluir espiritualmente e tal... Quando chegam ao campo não se apercebem que é uma estrutura que é preciso manter e cuidar, que é uma estrutura produtiva. E pior ainda se essa estrutura por exemplo está ligada com coisas do passado. A pessoa tem que chegar ao campo, ou a um sítio, e tem de perceber o que é que foi a existência desse sitio neste último meio século, perceber se há uma dinâmica de mudança e tem que alinhar nisso, energeticamente tem que se envolver nisso para mudar, para criar o sonho! Compreendes, a utopia...O que Aristóteles dizia: temos que criar a utopia porque a realidade é incrível. Já nessa altura, e hoje é ainda muito mais...

Foto: João Branco



E aí criam-se muitos problemas porque as pessoas não estão preparadas para isso. Porque isso implica um compromisso que à partida diz-se que pode ser um compromisso de uma vida. Ou então pensar que se está aqui 3 ou 4 anos e não mudar o suficiente ou estar uma vida inteira e não conseguir mudar e dar cabo da minha vida... Isso foi o princípio do fim. Foi óbvio, as pessoas apercebem-se do trabalho que há para fazer e do que é que está em causa nisto tudo e que é preciso evoluir ao nível das relações inter-pessoais, e isso acho que assusta muito. Isso assusta muito...E pronto, o grupo ruiu um pouco. Também porque muito dessas pessoas novas querem é conhecer, o que até nem há mal nisso. Por exemplo se um grupo destes tivesse um núcleo forte era muito bom porque tens aqui um conjunto de pessoas que mantêm e suportam a coisa, e estes jovens podem vir, estar e aprender, e ir aprender noutros sítios. Só que quando tu estás sozinho, tu não tens um arcaboiço para aguentar isso, porque tens uma pressão em cima de ter de fazer os trabalhos diários e constantes, aquelas coisas que foram às vezes opções de um determinado grupo, mas que depois esse grupo já desapareceu...

E como descreverias a agricultura aqui ao teu lado, em Ferreira e no mundo...

Existe um sentimento de desconfiança muito grande. As pessoas sabem que este modelo económico e agrícola, não é para eles. Isso foi discutido aquando da discussão pública do Alqueva, falado e refalado. Do ponto de vista económico é um projecto falhado. Por isso eles estão a tentar aproveitar tudo, com o turismo etc. Do ponto de vista ambiental, nem vale a pena falar. Os custos da água vão ser uma coisa completamente louca. O mercado agrícola está marcado por conjunturas que são internacionais. A coisa está muito próxima da alimentação mundial ser controlada por meia dúzia de pessoas. Este ano foi a prova disso, naquilo que se falou que era a especulação, são as primeiras tentativas para que isso se consiga. Se fores ver, por exemplo aqui no concelho de Ferreira, 90% da pequena agricultura ou agricultura familiar desapareceu. Mas desapareceu pura e simplesmente! A maior parte dos pequenos agricultores e jovens que se instalaram com a minha idade, hoje em dia são pedreiros, fazem de tudo menos trabalhar a terra e nem sequer quer ouvir falar da terra a maior parte deles... O primeiro passo foi conseguido, foi destruída toda a agricultura pequena e familiar. Agora, explorações como esta, que quando eu comecei há 25 anos eram uma média exploração e que naquela ilusão dos projectos e da integração europeia, do ser moderno, era uma exploração boa. Hoje é uma pequena exploração, e as pequenas explorações agora vão ser as vítimas e eles sabem que ao tu teres de pagar uma renda automaticamente só por teres um regadio, ou te modernizas e entras neste sistema da competitividade – sempre essa coisa de crescimento económico e competitividade – ou então tens de desistir. E claro que és aglutinado por um grupo maior. Penso que este próximo salto, que destruiu aquilo que eu chamo as médias explorações, vai ser um passo significativo para o controlo da alimentação mundial.

E isto aconteceu um pouco por todo o mundo. E então no mundo industrial, esse chamado mundo civilizado, esse já foi... Aliás diz-se que num país desenvolvido economicamente, apenas 4% da população activa tem de estar na agricultura! É uma coisa completamente ridícula. Quando por exemplo no Brasil 60% da alimentação daquele país enorme é feito pela pequena agricultura e agricultura familiar. Se houver uma crise a população portuguesa morre à fome, porque estes idiotas não se preocupam com isso. E essa é uma realidade premente, que é real.

Isso acontece neste momento por exemplo com o cacau, com o café, com o açúcar. Na India nos últimos 3 ou 4 anos 25.000 pequenos agricultores suicidaram-se, muitos deles colectivamente, aldeias, para chamar à atenção de dívidas por exemplo de 150 euros que já não os conseguiam pagar à multinacional que está ali a controlar tudo. Porque esses produtos são controlados em Wall Street. E por outro lado tens essa aberração que é o mundo ocidental, a Europa ocidental, rica, que diz assim: ah, agora nós vamos produzir açúcar, quando o açúcar é uma produção própria desses países em desenvolvimento. Vamos fazer beterraba, pagar aos agricultores e faz-se uma merda de açúcar, que é uma coisa perigosíssima do ponto de vista ambiental e da saúde. E o ridículo disto é que a determinada altura a comunidade europeia apercebe-se que a beterraba tem de acabar. Mas Portugal deu 3 milhões de contos para os gajos que foram rejeitados por outros países, para fazerem uma fábrica em Coruche e começaram a

pagar aos agricultores para fazerem beterraba e dizer que eles é que são os iluminados! E aquela merda ia acabar 2 ou 3 anos depois e toda a gente sabia isso. E quando aquilo acaba toda a gente vai chorar, oh a minha vida… e conseguem subsídios, e a fábrica consegue outros subsídios para fazer metanol ou não sei o quê! Mas o desgraçado que sempre viveu da cana do açúcar já teve de se suicidar no outro lado do mundo. Toda a vida a sua família viveu da cana do açúcar e acabaram com ela. Diz-me lá como é que tu lutas contra isto?

E um dia um dos adutores principais do Regadio do Alqueva bateu-vos à porta nas vossas terras…
Soube do canal quando ouvi as explosões, o que é isto! E vinham as crianças assustadas porque tinham feito buracos e fizeram explodir terra! Sem eu saber de nada, com explosivos! E depois olhei para o lado e estava uma escavadora a abrir um buraco com 4 metros de profundidade. A revolta foi tão grande em saber o que tinham pensado para aqui e sem nunca terem falado comigo ou discutido o assunto… E fiquei tão mal e com tanto ódio que escrevi uma carta à EDIA que lhes disse que sabia perfeitamente o que é que eles eram e o que está a acontecer em todo o mundo. Chamava à EDIA, Empresa de Destruição Intensiva do Alentejo, e estava hoje a pensar que se tivesse continuado nessa linha me tinha arruinado. O ódio só traz ódio e acho que ainda vou agradecer à EDIA o facto de me ter posto daqui para fora…

Lucro e mais lucro, custe à Terra o que custar. Mas ao mesmo tempo existe uma consciência cada vez maior da destruição global e iminente, não está escondido, está às claras.
Mas há dois níveis de preocupações a esse nível. Uma é a preocupação da moda, é o que faz de ti ser um indivíduo diferente dos outros. Então se eu for um ambientalista que protesto contra a qualidade da água da minha povoação, eu sou diferente do resto da povoação. Isto acontece muito, e esta preocupação de moda é uma merda, é uma coisa do ego, de protagonismo. É o que traduz as associações ambientalistas de uma maneira geral. Eles só mostram os pontos que podem ser mediáticos, que podem aparecer na televisão, só candidatam os projectos Life e não sei das quantas que tem muito dinheiro para depois poderem fazer Relatórios e ganharem esse dinheiro. Depois há um outro tipo de preocupação, que é a preocupação do facto consumado, que é o Zé da esquina que quando quer beber água não tem água para beber e aí é uma preocupação real, e essa só aparece como facto consumado. E normalmente o que tem vindo a acontecer é isso: as pessoas conseguem-se juntar e criar movimentos que podem criar dinâmicas diferentes quando são grupos muito grandes em que está em causa a sua própria sobrevivência. Tirando isso, nada, não é possível fazer nada.

E neste ponto actual o que está em causa?
O que está em causa é a sobrevivência de 70% da população mundial que vai viver para as cidades dentro de meia dúzia de anos e dos que estão a viver nas cidades. E esses são os que contam, são os que votam. E então o que é preciso? Essa gente tem de comer e não quer mexer num grão de terra, pelo que é preciso criar grandes zonas de produção de lixo alimentar para os pobres e de comida melhor para os mais ricos. Hoje em dia a comida é precisamente isso.

Não podemos deixar de considerar que projectos como o vosso vão sendo catalizadores de outros, e como tal a vossa saída, o abandono do Monte, soará sempre a derrota. Mas não é esse o sentimento que vejo, na tua resistência, que não sendo defensiva, vai num sentido construtivo, de querer criar algo mais…
Claro. Tu não podes imaginar, enquanto este processo dura, o que me tem passado pela cabeça. Este processo desde os explosivos à porta de casa até ao próprio falhanço da criação da estrutura. Várias vezes estive completamente deprimido e a sentir-me frustrado, pois na prática é como se nunca tivesse levado nada até ao fim. A ver o Monte como está e com a pressão, por outro lado, das pessoas que me conhecem ou dos familiares, de que tens é que produzir muito e ganhar muito dinheiro…E eu acho que é muito bom acontecer essa parte de frustração. Há um indivíduo que diz que quando uma pessoa entra numa depressão ou numa crise existencial grave, das duas uma, ou está perto do suicídio ou da iluminação, e está na nossa mão decidir o que quer fazer. E de facto a mim isto abriu-me muitas portas. Eu compreendi que existe de facto neste mundo uma energia, se quiseres, ou

uma maneira de estar, que está muito relacionada com o medo e com o ódio. Enfim com a negação no fundo. A nova Ordem Mundial está assente precisamente no medo. Vês as notícias relativamente à saúde, é uma coisa impressionante: morreu uma criança com meningite e a escola fechou! E a imprensa já disse que se tem de levar com uma vacina... sempre, sempre o medo. E o medo é o que mantem, por um lado as pessoas obedientes, ou então as pessoas reactivas. E existe uma outra energia completamente diferente que o ser humano pode começar a compreender, quando começa a querer sentir outras coisas, se te ligas à natureza, se tiras o tempo do dia e esqueces tudo o que se passa à tua volta, esqueces que existe passado e futuro, tudo o que conta é aquele momento, agora, no campo. Muitos místicos falam que é a meditação, chama-lhe o que quiseres, para mim não tem sequer que ter um nome, pois como o Agostinho da Silva dizia, o problema do ser humano é dar nome às coisas, e quando damos nomes às coisas matamo-las logo à raiz. E eu também não quero dar um nome a isto... No fundo é a busca do ser. E quando isto acontece tu compreendes que há uma energia diferente no mundo, e essa energia é a da criação, do positivo, do amor como muita gente fala. E de facto quando tu és reactivo, tu estás a ser conduzido à mesma, tu podes estar a lutar por qualquer coisa e a pensar que vais mudar, mas a verdade é que os métodos são os mesmos. E o que sinto é que a coisa mais importante neste momento é não sermos reactivos, que é o que eles querem que tu sejas, mas ser proactivos, é criar essa outra energia, criar este outro mundo. E talvez isso venha a juntar de novo ser humano. É a esperança que eu tenho.

O que eu sinto em relação ao mundo neste momento, é que as mudanças são muito rápidas, os ciclos são cada vez mais curtos, avançam muito mais rapidamente e podem ser completamente destrutivos. A maior parte das pessoas que pensam minimamente nas coisas tem dúvidas que a existência do homem na Terra possa, se calhar, durar outra geração. Se calhar ainda bem que seja assim, para que sejamos nós que fizemos o mal maior a pagar esse mal maior. Antigamente dizia-se quem vem atrás que feche a porte, mas é bom que sejamos nós a fechar essa porta.

Filipe Nunes



ENTRE A CIDADE E O CAMPO,
O ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DE PARTICIPAÇÃO

Se no século XIX a classe burguesa se "refugiava" no espaço suburbano, ainda rural, em busca de um contra-ponto para uma cidade subjugada pelo impacto de uma revolução industrial, as classes médias e altas do século XXI fecham-se em condomínios (urbanos, suburbanos ou "peri-suburbanos") onde a cidade ideal parece materializar-se, ou na "província", dão corpo à massa de "novos rurais". Não nos esqueçamos que este binómio, espaço urbano/espaço rural é algo que, e cada vez mais, se vai pondo em causa, à medida que as suas fronteiras se vão tornando menos óbvias. A realidade mostra-nos que as pessoas vivem "urbanamente", quer seja em espaço rural, quer seja em espaço urbano. A confirmar este sentido, no espaço rural, vai-se retraindo uma vivência ligada à terra, aos seus ritmos e processos. Assistimos a uma homogeneização dos hábitos e das formas de estar, o que vai tornando, a tal oposição campo/cidade, descontextualizada e vazia de sentido.

Por outro lado, a cidade vai perdendo as suas qualidades vivenciais à medida que o grau de pressões vai sendo acrescido. As cidades são, por excelência, o alvo das políticas que procuram colocá-las num grande "ranking" global, das grandes cidades do mundo, cuja imagem tem de "brilhar" o mais possível, espelhando as suas "virtuosidades vanguardistas".

E a cidade perde sempre quando se sujeitam as suas características e dimensões particulares aos pré-requisitos desta competição. Esta é uma cidade que se vai "partindo", divida por muitas fronteiras, mais ou menos explícitas, e torna-se, gradualmente, o território de muitos enclaves, espaços de incomunicabilidade, que confirmam, materializam e acentuam as distâncias entre as pessoas. Esses desequilíbrios fazem parte de um sistema que é insustentável, e que depende desses mesmos desequilíbrios para se poder perpetuar. É assim à escala da cidade, e é-o à escala mundial. Nessa lógica as cidades "centrais" só podem existir nos moldes em que existem, pressupondo recursos humanos e materiais na ecologia global incomportáveis, porque na periferia, rural e urbana, se vive à margem, no limiar da sobrevivência.

Apela-se, de muitas e variadas formas, à consagração do individualismo como "estilo" de vida, em detrimento de um sentido mais colectivo, menos "adaptado" aos imperativos da sociedade "super-moderna". Assiste-se a uma individualização dos modos de vida urbanos que se associa a uma enfatização do consumismo como estilo de vida. Este "estilo de vida" está também, profundamente, vinculado à fragmentação da cidade e dos seus espaços, na medida em que estes são estruturados segundo a mesma lógica que, isola, padroniza e sectoriza, outros bens e serviços. Estas são dinâmicas que encontram ampla continuidade no espaço rural, e neste corpo único,





as intervenções de um lado são, inevitavelmente, sentidas no outro.

Será assim, talvez, interessante, relembrar alguns dos princípios que definem o que é isto de espaço público, tendo em conta que, e cada vez mais, se assiste ao declínio do espaço público como expressão da participação e sociabilidade.

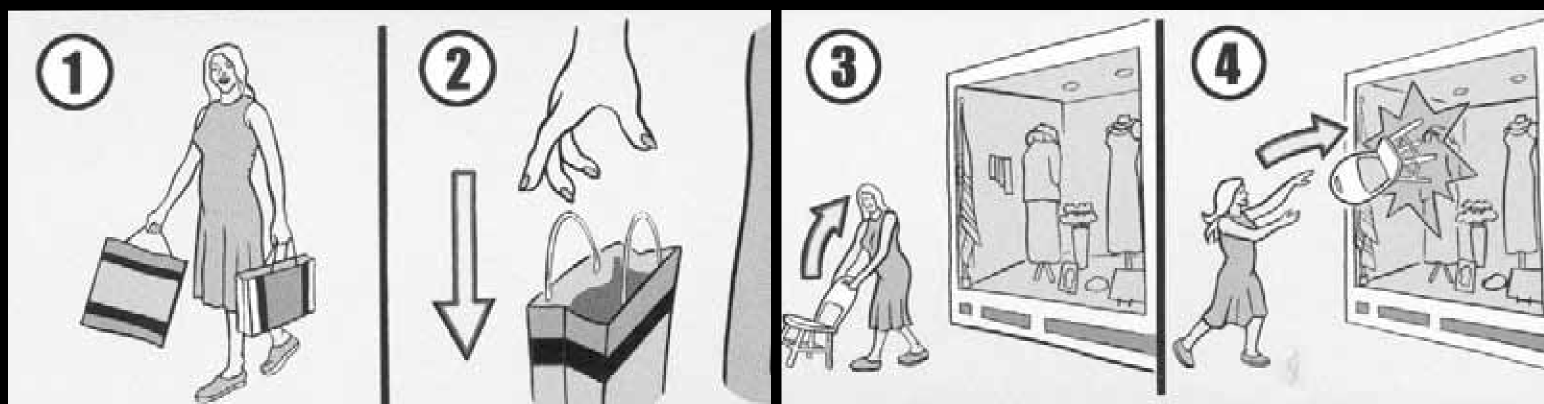
Falar de espaço público é partir-se do pressuposto de que este é, simultaneamente, um produto e um processo, indissociável das dimensões políticas, sociais e culturais da esfera pública. Falar em espaço "público" é, também, partir-se da premissa essencial que, diz respeito a um sentido de acessibilidade generalizada, irrestrita, no que toca ao uso colectivo. O espaço público enquadra diversas tipologias, e aqui referimo-nos aos espaços de recreio e sociabilidade de várias escalas (que incluem largos, praças, jardins, etc,). Pelo que importa falar de público, pondo em causa, «um dos maiores problemas da nossa sociedade que foi o de haver transformado o "público" em passivos espectadores. Hoje, a compreensão desse qualificativo "público" parece corresponder, frequentemente, à ideia de uma massa posta diante de imagens e discursos espectaculares.» (Gomes, 2002)

A realidade é que, as relações de "propriedade" invadiram e invadem, domínios cada vez mais amplos da existência humana, subvertendo e condicionando a sua livre acção. A diluição das fronteiras entre os espaço público e o espaço privado, é um exemplo incontornável, e, com importantes e inevitáveis consequências, na maneira como se vai transformando a noção de espaço público.

Esta "diluição" concretiza-se, paralelamente, num "investimento" em espaços comerciais e de entretenimento, desligados das populações a que é suposto servirem, e que, não estimulam qualquer convivência ou contacto entre as pessoas. São espaços que não pressupõem a partilha mas a divisão. As barreiras simbólicas que criam acentuam as diferenças entre os indivíduos, e a linguagem usada, homogeneíza os públicos a que os espaços se dirigem. Em última análise, servem uma "cultura" de passividade e acomodação dos indivíduos que, valoriza o consumo como actividade de lazer. Daí a extrema eficácia dos centros comerciais que, frequentemente, competem com o espaço público como espaços de eleição aos tempos de ócio. Lembrem-se aqui, as excursões organizadas do "país rural" ao "edílico" e referencial Colombo, ou o vai vem de fim de semana alentejano ao shopping algarvio...

Neste contexto, o recuo do espaço público, contrapõe-se, coincidência ou não, ao surgimento do centro comercial como a nova tipologia de espaço de recreio (sobretudo em espaço suburbano). Esta tipologia é um eficiente instrumento do capitalismo, porque dissimula a sua função primordial (comercial) respondendo a necessidades básicas de sociabilidade (das quais depende decisivamente o seu sucesso) e que, a cidade/ser modernista, obviamente, não satisfaz. Actua, simbolicamente, recreando neles o centro elitista, em versões mais acessíveis e numa escala, ilusoriamente, mais próxima desse conforto humano (que desaparece na cidade).

Ao modernismo (mas não só) podemos agradecer a perda de boa parte da dinâmica do espaço urbano e rural, primeiro no primeiro, e, posteriormente, também no segundo, produto da desumanização dos ambientes. Isto traduz-se, por exemplo, na perda de espaços de sociabilidade, de pequena escala, como o largo ou a praça, e a própria rua num sentido mais lato, nos novos (de então e de agora) tecidos urbanos e rurais. Esta forma de intervenção vai acontecendo alheada das vontades e necessidades dos cidadãos. A este respeito podemos relembrar a crítica que Francastel fazia, já em 1956, a Corbusier (o autocrata da arquitectura modernista) – «Não é para



os homens contemporâneos que ele trabalha, é para os homens do futuro: aqueles que moldará à sua medida e não à deles. [...] Corbusier propõe-nos, como muitos outros, uma solução que leva à divisão da alma humana e, logo a seguir, à segregação dos indivíduos».

A construção e o planeamento da cidade passam a basear-se no alheamento relativamente às funções sociais da cidade, às quais, não respondem a mera "construção de conjuntos habitacionais higienistas" ou a regularização das vias de circulação. Por outro lado, os sistemas de circulação, que no início do século XX comportavam uma multiplicidade de formas, começaram a denunciar as suas debilidades, cedendo à intensificação do uso do automóvel. O automóvel tornado símbolo da "organização científica do trabalho", e da "mobilidade" enquanto pressuposto da própria "modernização". Uma "cultura de velocidade que vem substituir outras culturas de urbanismo" e que, o cineasta Jacques Tati tão bem retratou nos seus filmes sobre a Paris modernista. E, assim se "justifica" que, as primeiras notícias da manhã – antes do trabalho e mal este "acaba" – sejam sempre, as sobre o trânsito... Esta intensificação do tráfego urbano, fez com que, particularmente nas áreas centrais das cidades, as ruas e as praças comecem a ser predominantemente destinadas à "mobilidade". Isto veio acarretar substanciais perdas ao nível do espaço público aberto, que sofre uma erosão contínua, precisamente das suas características tradicionais enquanto cenário de uma pluralidade de usos e lugar de sociabilidade.

O recuo do espaço público, quer em favor das construções e especulações imobiliárias, quer da subserviência ao automóvel e suas infra-estruturas (vias, parqueamento, etc.), reflecte nada menos do que a própria estratégia do Estado alinhado com os interesses de corporações económicas (companhias petrolíferas, indústria automóvel, etc.). A "automobilidade", ao desencorajar outras formas de mobilidade humana, contribuiu para a fragmentação das práticas e dos hábitos sociais que – física e temporalmente –, tinham lugar na partilha comum destes espaços públicos urbanos: o que era antes a nossa praça, é hoje a nossa garagem...

Em espaço rural, toda esta engrenagem levou mais tempo a chegar, daí que, e sem grande esforço, ainda nos possamos remeter para imagens como aquelas em que, depois do sol posto, saem as pessoas à rua com as suas cadeiras e bancos improvisados para a ocasião (ou, simplesmente, fazem-se apetecíveis os degraus diante das portas), para conversar e fazer da rua uma partilha entre vizinhos. De algum tempo, a esta parte, preferem-se as tais excursãozinhas aos centros comerciais, ou fica-se em casa a recuperar delas ... ou traz-se, já na vila, no café ou barzinho da moda, o seu show off.

O que resta de espaço público, ou semi-público em muitos casos, vai-se tornando, simultaneamente, um produto e instrumento de consumo, sob o valor do solo urbano ou rural em que vale a pena investir quando falamos de zonas "estratégicas", que condizem com a sua projecção e visibilidade. Sejam, por exemplo, as albufeiras do Alqueva ou a frente ribeirinha de Lisboa. Daí, talvez, a retoma de um gosto pelo gigantismo e monumentalidade das formas, pelo espectáculo, pela escala sobre-humana a que se projectam os grandes "empreendimentos".

Contraditoriamente, ou não, aproximamo-nos, novamente, de um estilo único que, ainda que comporte variações, se torna numa referência imagética homogeneizadora, que torna possível encontrarmos grandes semelhanças entre contextos muito diferenciados. Na busca desta "imagem" subtraem-se, ou parece não haver lugar, para manifestações não condicentes, mais ou menos informais, que são construções das pessoas que





procuram, nesta cidade ou neste campo, um espaço de referenciação, à medida das suas necessidades e aspirações. Percebe-se que existe uma certa incompatibilidade entre esta cidade, estes novos espaços rurais, que pretendem demarcar-se pelo aparato das suas formas, e, a cidade e o campo em que se deseja viver, pressupondo-se qualidades palpáveis e não apenas imagens genéricas.

Hoje os espaços públicos continuam a subjugarse às necessidades de circulação, e, frequentemente, a limitar-se ao "embelezamento" do espaço edificado. O espaço público funciona, como um "cenário", com pouco conteúdo e significação, em que as práticas sociais não encontram continuidade, em que as suas funções ecológicas, sejam em espaço urbano ou rural, continuam a ser subvalorizadas (apesar do discurso hipócrita do "sustentável" versar o contrário). Hoje o espaço público responde, sobretudo, à mercantilização da paisagem – urbana ou rural.

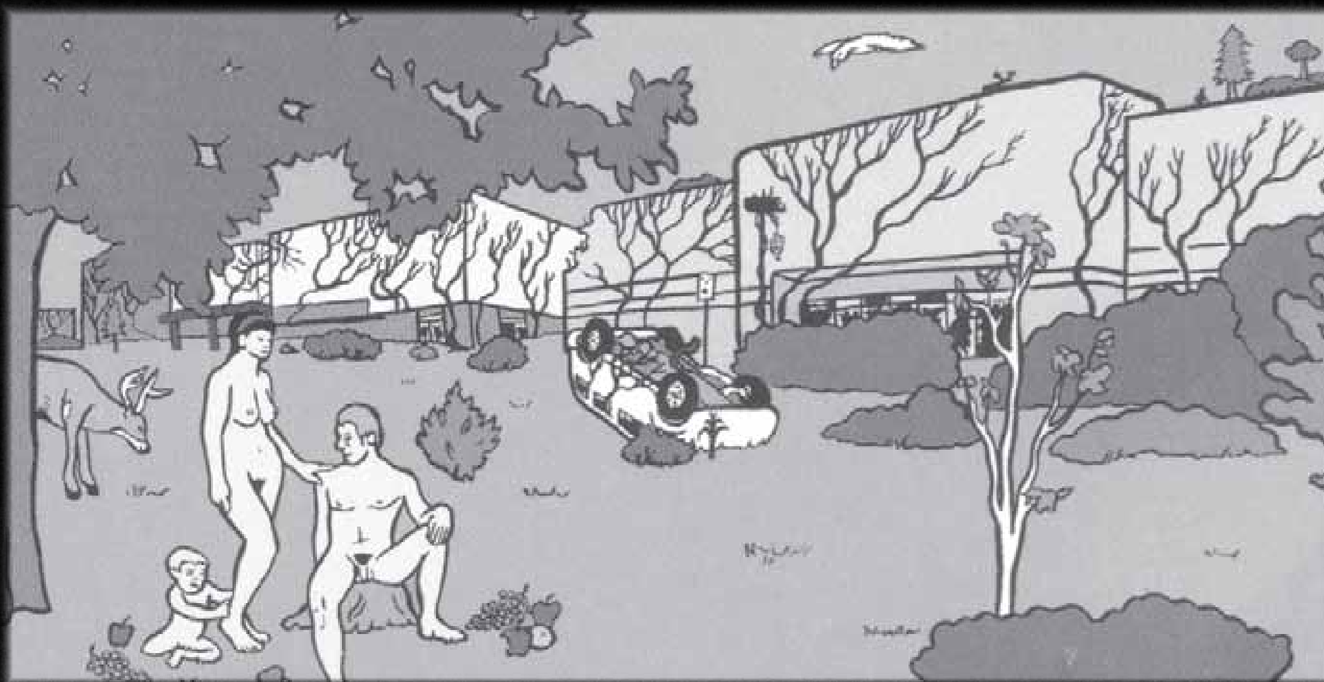
É, por tudo isto, absolutamente necessário reponderar o papel das comunidades locais, o enquadramento das pessoas como agentes activos do espaço público, contrariar a lógica vertical contrapondo-a com uma abordagem horizontal e responsabilizadora. As possibilidades são muitas e diversas, para cada contexto, e, de acordo com as oportunidades e constrangimentos que cada situação pressupõe, dever-se-ão definir as estratégias mais adequadas. É preciso construir-se no campo e na cidade, uma paisagem mais igualitária, ecologicamente mais coerente. Em que os seus espaços de encontro são espaços de muitos encontros. Mas, para isso, é necessário procurarem-se novos caminhos que – alheios, o mais possível, ao peso do preconceito que limita o traçado de uma verdadeira deriva – de facto, integrem o contributo dos vários actores que o(s) projecto(s) do espaço urbano e rural envolvem.

Sem dúvida, poder-se-á considerar, a participação pública e os cidadãos, como estratégia e como parceiros, respectivamente, no âmbito de um novo projecto de espaço público. O que significará sempre uma mais valia, na medida em que enriquecerá a sua discussão, traduzirá uma maior abertura à diversidade formal e conceptual, e, possibilitará a consecução de espaços de maior significação.

Na realidade, o que não podemos mesmo deixar, é que sejam outros a considerar como, quando e sob que moldes devemos nós p-a-r-t-i-c-i-p-a-r nos nossos espaços. Mais ainda, que essa participação e discussão, seja (pré)determinada e limitada pela supremacia moral dos "Estudos Técnicos". Não devemos ceder à chantagem economicista sobre as "necessidades e imperativos de mercado", que nos "informa" sobre o que fazer e como viver esses mesmos espaços. Não podemos deixar que, esse tipo de "interesse público", prossiga a destruição daquilo que, verdadeiramente, nos diz respeito.

Patrícia Colucas

REFERÊNCIAS
Francastel, P. (1956): "Arte e Técnica nos séculos XIX e XX". Edição Livros do Brasil (1963). Lisboa.
Gomes, P. (2002): "A Condição Urbana, Ensaios de Geopolítica da Cidade". Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.



The Paul F. Maul Artist's Group
www.crimethinc.com

A IMPORTÂNCIA DE PERGUNTAR

UM APANHADO DO ANARCOPUNK NO ALENTEJO



MÚSICA E ACÇÃO A PARTIR DE ALJUSTREL

Foi-me pedido para escrever sobre o punk e a sua vertente anarquista no Alentejo. Comecei a pensar no que poderia escrever, e se até valeria a pena escrever sobre o assunto. Isto porque, e como não é difícil perceber, o punk é algo que no Alentejo encontra contornos de rareza. Na mesma linha de invulgaridade, surge o conceito do que é, verdadeiramente, a anarquia por estes lados (mais ou menos indissociável, quando o objecto, é falar de punk político). Isso apesar de, no panorama de há uns 100 anos atrás, ser este um dos mais importantes idealismos na região.

No Alentejo que conheço, impera o partido do consumismo e pouco mais a nível de ideias. A música é um indicador que traduz bem esta realidade. O empenho expressa-se na discoteca ou na festinha alienante, e vê-se perdido na preocupação de usar a música como um instrumento de luta social.

Encaremos então, a oportunidade, para delinear o que tem sido o movimento anarcopunk no Alentejo, e o desenvolvimento desta ideia tão "underground" nos aproximados 14 anos com que já conta.

Da experiência vivida, e para começar, posso afirmar claramente, que o punk não é, só por si, anarquista. Muito pelo contrário. Parece-me que o punk, como movimento e forma de musical, pode sim, ser usado como uma ferramenta de transmissão da mensagem anarquista. Foi com o punk que começámos em Aljustrel. Podia ter sido o metal mais em voga nessa altura, ou hoje em dia talvez o hip hop. Mas o punk era diferente, além de ser mais fácil de tocar, as suas letras eram bem mais aguerridas, e aos nossos olhos, com mais sentido.

Com mais sentido, porque traduzia a defesa de ideias em que acreditamos, e acima de tudo, servia para questionar. E era desse questionamento que nascia a motivação. Aquilo podia ser só barulho, mas o conteúdo dos refrões berrados, electrizavam a vontade de mudança. Foi assim que se passou aqui por Aljustrel, e foi pela música, pelo punk, que pela primeira vez, se ouviu falar da ideia anarquista no bom sentido, e não como um sinónimo de caos e destruição que, e tão frequentemente, se lhe atribui.

Obviamente, nem todas as bandas que começávamos a ouvir eram (A)politicas. Mas foram as que falavam em igualdade, libertação humana e animal, consciência social, entre outros grandes temas, aquelas que mais iam fazendo sentido aos nossos ouvidos. Mas não descartámos as experiências menos conscientes, pois claro, pela cassete do primo ou do irmão mais velho, com bandas mais duvidosas... Mas a tal vontade de questionar e saber mais, levou-nos sempre a desejarmos mais e melhor. Melhor, no sentido musical e para alguns de nós, num sentido mais ideológico.

O punk encorajou-nos a começarmos os nossos próprios projectos. O punk, que era o nosso, era o punk anarquista, o da ética faz tu mesmo. Este punk, um punk acessível, aberto e responsabilizador, defendia que qualquer um podia pegar numa guitarra e passar a mensagem. Foi com essa determinação, a de passar uma mensagem e a de questionar, que no verão de 1996 aparecem os Dissidentes do Projecto Estatal, uma banda que na realidade era um colectivo, pois D.P.E. era mais do que as pessoas que tocavam.

Não foi de forma alguma a primeira banda punk do Alentejo, mas sem dúvida a primeira a afirmar-se anarcopunk. Haviam já outras bandas punk hardcore, por exemplo, Escarro Social (Alvalade do Sado), 605 Core (Beja), Sovako (Ferreira do Alentejo). Mas esta banda, era bem mais que só a música, era música e acção. Acima de tudo troca de ideias. Em qualquer concerto se podia ouvir nas músicas e entre as músicas, uma mensagem acrata. Naquela altura foi a primeira banda punk anarquista do Alentejo.

Gradualmente, foi-se tomando o gosto à música e

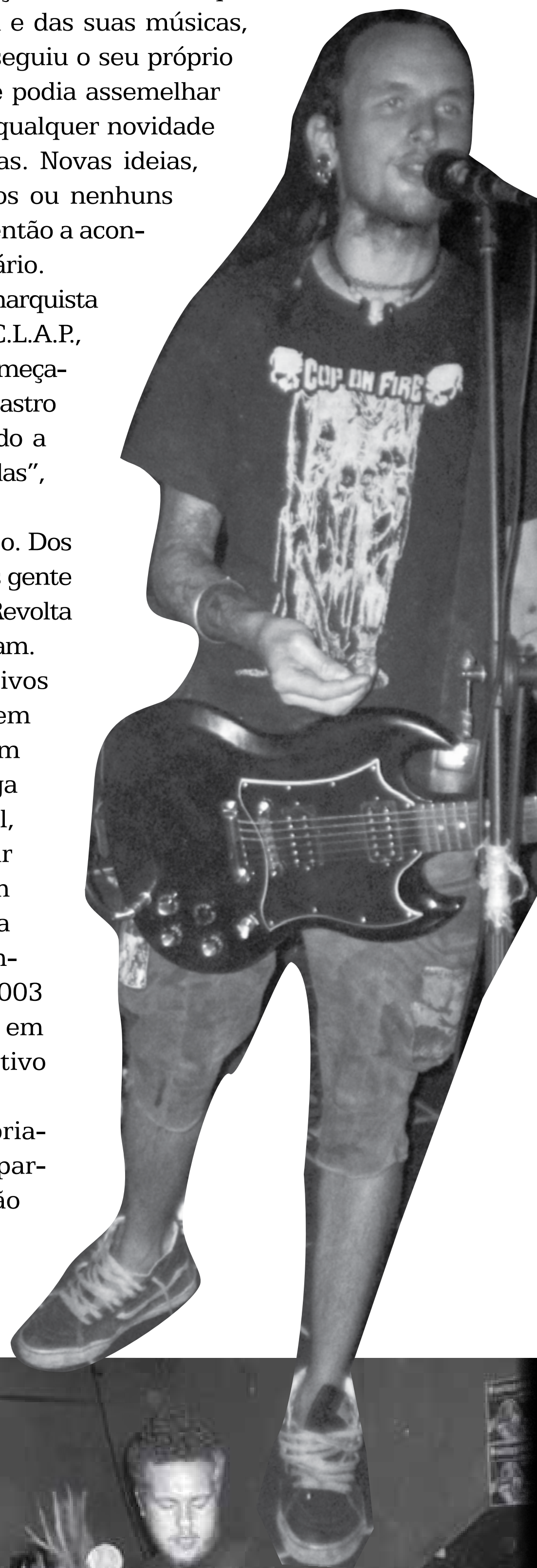
à mensagem. Espontaneamente, esta banda pôs um grupo de moços e moças a falar de anarquia, de anti-capitalismo, de anti-racismo e de ecologia. Através desta banda e das suas músicas, criou-se um pequeno movimento em Aljustrel. Um movimento que conseguiu o seu próprio espaço no Hospital Velho, que não sendo uma okupa, era o que mais se podia assemelhar a isso numa terra de 7 mil habitantes, onde todos se conhecem, e onde qualquer novidade desperta a desconfiança. Era o espaço onde se espalhavam novas ideias. Novas ideias, numa terra onde imperava a ideia do partido, e onde até então, poucos ou nenhuns jovens, ousavam dissidir ou pensar de maneira diferente. Isso começava então a acontecer, e a música, o anarcopunk, tinha sido sem dúvida, o veículo necessário.

Depois de D.P.E., foram surgindo outras bandas dentro desta onda punk anarquista como M.A.K.M., Luta Racional ou Zurrapa Vermelha. Apareceu também o C.L.A.P., Colectivo Libertário Anarko Punk ligado aos D.P.E.. A partir deste período começaram os concertos por toda a região: Almodôvar, Beja, Ferreira do Alentejo, Castro Verde, Odemira. Por onde quer que tocassem, D.P.E. foi sempre espalhando a mensagem revolucionária. Bem ou mal, as pessoas quase que eram "obrigadas", a ouvir falar dos temas sociais que se agarram à ideia de anarquia.

Dai em diante, foi conhecer amig@s e partilhar ideias comuns pelo Alentejo. Dos amigos de fora de Aljustrel, foi em Ferreira do Alentejo e Odemira onde mais gente parecia estar motivada por estas ideias. A formação das bandas, Tempos de Revolta (Ferreira) e Abandalhados (Odemira), são dois bons exemplos que o confirmam.

Depois das bandas e como isto não era só música apareceram mais colectivos e projectos individuais. Começou a desenvolver-se alguma acção. Surgem diversas zines no final dos anos noventa e inícios da década seguinte: em Aljustrel a Falochinha, a Liberdadexpressão (do C.L.A.P.) e a Saltareguinga (que ainda hoje continua). Ao lado em Ferreira do Alentejo, a Crise Social, ainda hoje editada a partir da aldeia de Fortes, ou a Racional. E é a partir do colectivo desta última zine, ligada aos Tempos de Revolta, que vem a nascer o colectivo G.I.I.L. (Grupo de Ideias e Ideais Livres), que após a okupação do Monte em Ferreira e da realização de um memorável acampamento anarquista na Barragem de Odivelas, formalizar-se-á em 2003 numa associação que abre portas a um Centro de Cultura Anarquista em Ferreira do Alentejo, e pela primeira vez conseguindo reunir num colectivo anarquista gente de diversos concelhos do Baixo Alentejo.

Foi existindo, paralelamente, convívio com outro pessoal, não propriamente anarquista, mas ligado ao Hardcore e Metal, com quem íamos partilhando algumas ideias, um pouco por todas as terras vizinhas, mas não só. Os contactos e as trocas estenderam-se, naturalmente, a outros pontos de Portugal e posteriormente do mundo.





Entretanto em Aljustrel, expirou-se o projecto no Hospital Velho (´97 ou ´98) e era tempo de procurar por um espaço onde pudéssemos desenvolver as nossas actividades. Foi então, que começámos a utilizar o Sindicato Mineiro (e, também, o bar D. Sancho, mas esse era mesmo só música) para concertos e para fazermos alguma divulgação de ideias, usando-se flyers e outras estratégias.

Foi um bom período, com momentos altos, como foi o caso do concerto dado pela banda brasileira Execradores (uma das melhores bandas do anarcopunk dos anos ´90), uma organização do C.L.A.P., onde, estiveram presentes cerca de 300 pessoas. Foi o princípio da realização de concertos com bandas estrangeiras, e que se mantêm até hoje em Aljustrel. A vila tornou-se o "reduto" dos concertos de punk hardcore (A)politico Do It Yourself, pois salvo casos pontuais, o Alentejo não primava pela existência de espaços para o efeito.

Passava o tempo, mas mantinha-se a urgência de termos um local mesmo nosso, onde pudéssemos desenvolver as nossas actividades com mais consistência. Desde 2003, intercalados entre concertos no Sindicato Mineiro e em Ferreira, havia-se alargado a acção a diversos debates e actividades libertárias ocorridas no C.C.A. de Ferreira, mas passado algum tempo o espaço perdeu-se. Até que surgiu a possibilidade do Club Aljustrelense, uma resposta possível de alcançar. Os novos associados do Club, não fizeram tardar o seu envolvimento na dinamização daquele espaço, transformando-o à medida dos seus ideais. Nesta altura, o Centro de Cultura Anarquista, passa para Aljustrel, funcionando no espaço do Club, a par da sua biblioteca, num projecto agora designado de C.C.A. Gonçalves Correia. Finalmente, tínhamos (temos) um espaço físico, onde podíamos (podemos) desenvolver os nossos projectos, entre a música e outras actividades, que variam da conversa aos workshops.

Assim fica bem patente, a diferença entre o anarcopunk e o punk. Como anarcopunks, sempre sentimos que não nos podíamos ficar pela música que embora seja, só por si importante, não basta. É preciso que se lhe acrescente a acção. Desde que começámos, sempre estivemos preocupados com muito mais do que a música, festa ou conformismo. Constantemente, sentíamos que tínhamos de contribuir para a difusão das ideias libertárias. Entendíamos que tínhamos de ser coerentes e fazer mais do que berrar refrães ou ter o tal visual.

Infelizmente, e como bem disse um dos vocalistas de D.P.E., com o passar dos anos separa-se o trigo do joio. A realidade inicial no Alentejo, em particular a de Aljustrel, que é a que conheço melhor, não se confirma actualmente. É que isto da coerência é coisa difícil de se levar a sério. O anarcopunk sofreu com isso. D.P.E., Disgraça (banda que nasce das cinzas dos Tempos de Revolta) ou Excumalha já não existem. A cena musical na região vai decaindo, e hoje em dia, anarcopunk como música, só o pessoal de I.A.C. de Évora/Montemor, Payasos Dopados de Badajoz/Évora e Massey Fergunson de Ferreira. Outras bandas punk/hc vão existindo, os Abandalhados, 100Talento e Konsumo Obrigatório (Santo André), mas, e ao que parece, sem tanta carga de luta social.

Mas o que há a retirar de tudo isto, e destes anos? O anarcopunk serviu para alguma coisa? Sim, acho que sim. Pelo menos terá criado a oportunidade de contacto com ideias e ideais que, até então, não tinham acesso, entre os quais o anarquismo. Pois não há que esquecer que, a maioria dos anarquistas de hoje, não "descobriram" a tradução dos seus ideais nos livros de Bakunine ou Malatesta, mas sim, na música. Por tudo isso o anarcopunk é importante. Serviu, pelo menos, à necessidade de se começar a perguntar os porquês de muita coisa.

MB



SOBREVIVÊNCIA ANÁRQUICA

EM TEMPOS SOMBRIOS

«La auto-organización de los consumidores contra los especuladores y los monopólios, de los trabajadores contra el patrón privado o el Estado patrón, contra las burocracias sindicales que se reparten la plusvalía com los empresários, contra los partidos políticos de izquierda cuyos líderes viven a la derecha, contra la información manipulada por las elites del Poder, constituye objectivos fundamentales para desarrollar, aqui y ahora, formas prácticas de socialismo auto-gestionario.»

Abraham Guillén

Numa época de crise mas que é, ao mesmo tempo, de profunda e prolongada recessão dos movimentos sociais é preciso recordar que a luta social é uma guerra prolongada com vitórias e derrotas e de final imprevisível ao contrário de que pensavam, e ainda pensam, muitos marxistas ou anarquistas que anunciavam que a humanidade caminhava para o comunismo ou para a anarquia. Os caminhos são muitos, os atalhos ainda são mais, e uns não levam a lugar nenhum, outros levam a precipícios e há ainda os que nos fazem andar às voltas ou perdidos em labirintos.

O optimismo do século XIX, que se prolongou ainda no século XX, marcou profundamente os militantes anti-capitalistas que lutavam por uma Revolução que vislumbravam num horizonte próximo. Derrotada a Comuna de Paris, dissolvida a I Internacional, quebrado o internacionalismo dos trabalhadores com a Primeira Guerra Mundial, degenerada a Revolução Russa, vencida a Revolução Alemã e Espanhola quem podia ainda ser portador de uma fé cega no futuro e de uma crença na vitória de uma Revolução cada vez mais impossível? Muitos, e não só os marxistas-leninistas cegos ante a realidade totalitária edificada após os anos 20 e reanimados periodicamente por alguma crise episódica do capitalismo, ou pelas lutas de libertação nacional dos anos 60, mas até nós os anarquistas anunciávamos, ou esperávamos uma revolução messiânica para amanhã.

Agora não há mais espaço para o optimismo, mesmo que ainda possa haver para a esperança. Como materialistas que somos, está na hora de deslocar o eixo da nossa reflexão, e da nossa acção, de um futuro imprevisível para o hoje, mesmo não esquecendo que é fundamental criar desde já as bases (no sentido estratégico e teórico) para os combates futuros pois ao nível da luta social é fundamental uma continuidade, assente na memória e na experiência, que possibilite que cada nova geração e cada nova vaga de confrontos não estejam condenadas e recomeçar tudo do nada e repetir sempre os mesmos erros.

Se o futuro é hoje, a questão que se coloca é como se materializam desde já as ideias libertárias sem esperar pela tal hipotética Revolução




ilustrações: Eric Drooker

que poderá ocorrer um dia, num futuro mais ou menos distante, embora já ninguém a espere para amanhã. Certamente que vivendo de acordo com as nossas ideias: recusando participar das lógicas de exploração e dominação ou servir o Estado e o Capital. Pode-se argumentar que isso é mais fácil de dizer do que fazer e que a concretização de tal objectivo, aparentemente minimalista, é inviável quando se vive numa sociedade em que as relações de produção capitalistas e o Estado omnipresente deixam cada vez menos espaços para um viver livre e autónomo. No entanto, esse argumento levado às suas últimas consequências anunciaria a impossibilidade de sermos anarquistas hoje. Ora se podemos ser libertários, ou considerarmo-nos como tal, e trabalharmos como assalariados para o Capital ou para o Estado, e vivermos integrados numa lógica de consumo, por maioria de razão, e de forma mais coerente, podemos ser anarquistas criando as nossas próprias formas de produzir, viver e nos relacionarmos, usando algumas clareiras no sistema, e aí instalando um verdadeiro território livre ocupado ao inimigo.

Este debate ocorreu já em finais do século XIX em torno da fundação de comunidades libertárias na Europa e na América quando alguns anarquistas propunham uma materialização imediata das ideias através do que Giovanni Rossi, o criador da Colónia Cecília no Brasil, chamava de «socialismo experimental». Malatesta na mesma lógica das críticas marxistas, e com argumentos semelhantes, contestava tais propósitos classificando esses militantes como derrotistas que fugiam à luta social, declarando peremptório que os militantes deveriam permanecer na Itália e aí lutar contra o capitalismo.

Visto esse debate hoje há distância de um século parece que Rossi apontava certamente um novo caminho que não chegou a ser explorado, quer pelas dificuldades conjunturais e fragilidade das diversas experiências da época, quer porque o optimismo reinante sobre uma Revolução imediata não motivava a ampla maioria dos militantes a seguir esse caminho. Em Portugal só algumas vozes solitárias como a de Gonçalves Correia se aproximaram dessas ideias.

Tendo-se invertido hoje as condições sociais: recessão do movimento revolucionário, desemprego, trabalho precário, condicionamento total dos assalariados à lógica do Capital, parece que se abre agora aos descontentes, inconformados desempregados e excluídos a possibilidade de seguir

a via aberta por Rossi. Não querendo mendigar trabalho ao capitalismo, ou submeter-se às condições de exploração, podem sempre enveredar pelo caminho da criação de espaços autogestionários e autónomos: comunidades, cooperativas, onde se possa viver, trabalhar, criar e conviver de forma libertária à margem da sociedade capitalista.

As razões invocadas contra tais experiências centram-se na sua impotência face ao contexto capitalista adverso e na ausência do capital necessário para iniciar tais projectos. Mas quer uma, quer outra, não parecem ser decisivas, até porque não são poucos os anarquistas, ou outros anti-capitalistas, que conseguem, como todos sabemos, o dinheiro necessário para adquirir as suas casas, como propriedade privada, guardam dinheiro nos bancos ou até participam de negócios convencionais. A haver um argumento sério é o da dificuldade de se viver e produzir de acordo com um modelo libertário e autogestionário, pela sua radicalidade e exigência, mas esse é o maior desafio que podemos enfrentar. Se não formos capazes de aplicar nas nossas organizações, relações ou na nossa vida, os princípios e valores libertários mais vale que desistamos de propor aos outros o que somos incapazes de realizar entre nós a um nível micro-social.

A possibilidade no actual contexto capitalista democrático de um grupo comprar terra para se dedicar à agricultura, criar um bar, uma tipografia, um camping, uma cooperativa de serviços, uma carpintaria, adquirir uma casa numa lógica comunitária etc. existe desde que haja um grupo de pessoas afins, com ideias e um projecto claro além de um mínimo de capital. Capital que se pode obter de inúmeras formas como todos sabemos. A maior dificuldade será sempre a de conseguirmos, viver, produzir, trabalhar de acordo com os nossos princípios mantendo contacto com uma realidade social e económica adversa, para não dizer hostil, o que não deixa de ser um pragmatismo do mesmo tipo que todos, excepto os eremitas, usam para sobreviver no seu quotidiano. A existência de uma rede de espaços de produção e de vida constituiria um território livre onde as nossas ideias podiam ser experimentadas e exemplificadas dando visibilidade a um projecto social libertário.

Nada disto é novo, o comunitarismo do final dos anos 60 ligado aos movimento alternativos, apontou nessa direcção embora essa nunca tenha sido uma perspectiva muito popular entre os anarquistas mais dedicados ainda a um militantismo tradicional preso ainda a uma visão mitológica da Grande Revolução. E se muitas dessas experiências comunitárias falharam não deixaram de fracassar pelos mesmos motivos que outros tipos de projectos tais como organizações ou publicações.



O que não deixa de ser sintomático é que as comunidades criadas por grupos religiosos coesos com uma visão anti-industrial, sobrevivem há muitas décadas com êxito no contexto dos EUA, a sociedade capitalista e de consumo por excelência, e aí praticam formas de vida em tudo discrepantes dos modelos dominantes, conseguindo fazer uma transmissão de uma cultura e tradição entre gerações. É certo que essa mesma motivação, persistência e determinação quase não se encontra no comunitarismo sem raízes religiosas…No entanto, esses grupos religiosos exemplificam, na prática, como é possível viver de acordo com uns dados princípios e valores e sobreviver às tentativas de hegemonia e uniformização da sociedade capitalista e de consumo.

Resta dizer que este experimentalismo libertário não se opõe a outras práticas, e menos ainda, a qualquer forma de associativismo anarquista. O dilema não está pois entre criar comunidades, cooperativas ou outras instituições autogestionárias ou organizar-se em sindicatos e grupos de afinidade, mas entre deslocar a nossa energia e criatividade para um combate em nome de um futuro longínquo ou materializar desde já, mesmo em gérmen, formas de vida libertárias. Sendo que este caminho de materialização imediata do nosso projecto social no contexto da época histórica em que vivemos, pode criar as bases materiais para uma actividade libertária menos condicionada pela lógica capitalista e também por isso com maiores possibilidades de aguentar o que é uma guerra prolongada contra o capitalismo e o estado e cujo desfecho está, apesar de tudo, em aberto.

Manuel de Sousa



Estamos aqui. Estamos em todos lados.
Somos. Imagem do futuro.

GRÉCIA.

Com o medo nos dentes, os cães gritam: Regressem já à normalidade, acabou-se a festa dos loucos. Os filólogos da assimilação já começaram a desenterrar as suas afiadas carícias. "Estamos dispostos a esquecer, a entender, a pôr cobro à desordem dos últimos dias, mas agora, que restabeleçam-se, porque se não, vamos trazer-lhes os nossos sociólogos, os nossos antropólogos, os nossos psiquiatras. Como bons pais temos tolerado o vosso arrombo sentimental com paciência. Vejam agora como estão vazias as aulas da escola, as oficinas, os escaparates. Chegou a hora de regressarem, e quem se negar a cumprir este dever sagrado, será assolado e estudado sócio e psicologicamente. Uma pergunta circula pela cidade: "Estão nos vossos lugares?"...

A democracia, a harmonia social, a unidade nacional e todos os grandes abraços que apontam a morte já estão à nossa espera...

O poder (desde os pais até ao governo) procura não apenas reprimir a revolta e a sua generalização, senão também em produzir uma relação de submissão e subjectivação. Uma relação que determinara a vida politica como uma esfera de cooperação, compromisso e consentimento. "Politica é a politica do consentimento. O resto é guerrilha, distúrbios, caos". Aqui está uma tradução do que nos tem vindo a dizer. Do seu esforço de negarnos a substância de cada acção e separar-nos, isolar-nos do que podemos fazer. Não fazer um dos dois, mas sim dividir outra e outra vez mais o uno em dois. Os mandarins da harmonia, os barões do silêncio – ordem – segurança convidam-nos a ser dialécticos. Mas estes jogos são demasiado velhos e a sua miséria vê-se nas barrigas podres dos sindicalistas, nos olhos desbotados dos intermediários, que, como se fossem aves de rapina, se instalam sobre qualquer negação, qualquer paixão pelo real. Vimo-los em Maio, vimo-los em LA e em Brixton, e estamos a vê-los desde há décadas comendo o pouco que resta dos ossos da revolta do Politécnico. Vemo-los outra vez e ontem quando, em vez de convocar uma greve geral, inclinaram-se perante a legalidade e cancelaram a manifestação da greve. Porque sabem muito bem que o caminho para a generalização da revolta passa por meio do terreno da produção. Passa pela ocupação dos meios de produção deste mundo sufocante.

Amanhã virá um dia no qual nada é seguro. E o que poderia ser mais libertador depois de tantos anos de segurança? Um tiro foi capaz de interromper uma série de tantos dias iguais uns aos outros. O assassinato de um miúdo de 15 anos foi o momento de uma derrocada capaz de mandar tudo abaixo. A derrocada de um simples trâmite de outro dia mais, ao ponto em que tanta gente pensou ao mesmo tempo: "Já está, acabou-se, tudo tem que mudar e somos nós que o vamos mudar". E a vingança pela morte de Alexis tornou-se uma vingança por cada dia que estamos obrigados a viver neste mundo. E o que parecia tão difícil, deu-se tão facilmente.



Isto é algo que já sucedeu, algo que já temos. Se há algo que dá medo, isso é o regresso à normalidade. Porque nas ruas devastadas e saqueadas das nossas cidades brilhantes, não apenas vemos os resultados da nossa raiva, mas também a possibilidade de começar a viver. Já não temos nada mais que fazer, que instalarmo-nos sobre esta possibilidade, convertendo-a numa experiência vivida. Instalando no terreno do quotidiano a nossa criatividade, a nossa força de cumprir os nossos desejos, a força de não somente pensar em, como também, construir o real. Isto é o nosso espaço vital. Tudo o resto é morte.

Quem quer entender, entenderá. Agora é o momento de romper as celas invisíveis que imobilizam cada um de nós nas suas vidas pequenas e miseráveis. E isso não apenas, ou necessariamente, requer atacar esquadras e queimar grandes armazéns e bancos. O momento em que cada um abandonar o seu sofá e o pensamento apático da sua própria vida e sair para a rua para falar e escutar, deixando atrás de si, espontaneamente, qualquer coisa privada, contem, no campo das relações sociais a força destabilizadora de uma bomba nuclear. E isso porque a fixação de cada um de nós ao seu mundo pequeno, está ligado às forças de atracção do átomo. As mesmas forças que fazem o mundo capitalista girar. Este é o dilema. Se não estás com os insubmissos, estás só. E esta é uma das poucas vezes que um dilema pode ser tão absoluto e tão real ao mesmo tempo.

Anarquistas

Palavras da Ocupação do Politécnico e da Guerra Social na Grécia

Imediatamente após o assassinato de Alexandros Grogoropoulos por parte do agente da polícia especial Ep. Korkoneas e os primeiros confrontos nas ruas de Exarchia, a universidade Politécnica é ocupada e transformada num foco para a expressão da raiva social. Sendo um espaço histórica e simbolicamente associado, na memória viva dos rebeldes e de grande parte da sociedade, com a luta contra a Autoridade – desde o período da ditadura até à moderna democracia totalitária –, o Politécnico torna-se o local onde centenas de pessoas se juntam de forma espontânea: companheiros, jovens e trabalhadores, desempregados, crianças, imigrantes, estudantes...

As batalhas contra as forças da repressão e as barricadas em chamas nas ruas em redor transformam-se na faísca de uma revolta que se alastra com manifestações espontâneas na cidade, com a ocupação da Universidade de Economia e da Escola de Direito, com ataques a alvos estatais e capitalistas no centro e bairros de Atenas e na maioria das cidades do país. Nos dias seguintes, com manifestações de milhares de pessoas terminando em motins e em ataques contra bancos, ministérios e grandes lojas de revenda, com ocupações de escolas e edifícios públicos, com crianças a cercarem e a atacarem esquadras da polícia, com a polícia anti-motim a guardar a prisão de Koridallos e o Parlamento, a revolta generaliza-se; esta revolta, que foi despoletada pela morte de A. Grigoropoulos e que

explodiu devido à reacção imediata de centenas de companheiros a esse acontecimento da violência estatal mais geral, inspirou acções de raiva e solidariedade para além das fronteiras, por todo o mundo.

Esta revolta que fervilhava nas condições de um ataque generalizado do estado e dos patrões contra a sociedade, crescendo na realidade da morte diária da liberdade e da dignidade que está reservada para os oprimidos pela crescente exclusão, pobreza, exploração, repressão e controlo. Esta revolta que andava a ser "preparada", mesmo nos mais obscuros tempos do terrorismo e do fascismo estatal, através de todos os pequenos ou grandes gestos de resistência contra a submissão e a rendição, mantendo aberto o caminho para muitas mais pessoas se encontrarem nas ruas da revolta, tal como aconteceu nestes dias.

Nesta realidade social explosiva, o Politécnico ocupado tornou-se um ponto de referência para um confronto directo com o estado, sob todas as formas e com todos os meios possíveis, através de consecutivos eventos insurreccionais que incendiaram por completo a ordem e segurança dos patrões, esmagando a falsa imagem de consenso social relativo às suas intenções de morte. Ele tornou-se um lugar onde sujeitos políticos e sociais rebeldes se encontraram e influenciaram uns aos outros, através de assembleias gerais e da presença diária na ocupação. Funcionou como base de contra-informação, através de comunicados e cartazes, do seu blog e da estação de rádio, e do sound-system que enviava mensagens e as notícias da revolta que decorria. E também deu vida a iniciativas de resistência política, tal como a chamada feita pela assembleia do Politécnico ocupado para um dia de acção global a 20 de Dezembro – que resultou em mobilizações coordenadas em mais de 50 cidades em diferentes países, e na qual os ocupantes do Politécnico participaram ao apelarem a uma concentração no local onde A. Grigoropoulos foi assassinado – tal como o concerto no dia 22 de Dezembro em soliariedade e em apoio financeiro aos reféns feitos durante a revolta, e a chamada à participação na manifestação em solidariedade com os presos, organizada por companheiros que participaram na assembleia aberta da GSEE (Confederação Geral dos Trabalhadores) ocupada.

Como ponto de revolta estável, durante 18 dias, o Politécnico ocupado foi um apelo contínuo à insubordinação das pessoas a resistirem por todo o mundo, e um permanente sinal de solidariedade para com os reféns feitos pelo estado desde o seio desta luta.

Tornou-se o território que usámos para difundir a mensagem de solidariedade entre os oprimidos, de auto-organização e de um contra-ataque social e de classe contra o mundo da Autoridade, contra os seus mecanismos e os seus símbolos. Estes elementos e valores da luta criaram as fundações para os oprimidos se encontrarem na rebelião, armaram as nossas consciências e, talvez pela primeira vez, foram tão vastamente apropriados por tantas pessoas de diferentes idades e diferentes nacionalidades; pessoas com quem anarquistas e anti-autoritários partilharam as mesmas frases contra a polícia, as mesmas palavras, as mesmas práticas de luta, a mesma raiva contra aqueles que estão a saquear as nossas vidas e, muitas vezes, a mesma visão de um mundo de liberdade, igualdade e solidariedade.

Por esta razão, a repressão não se expressou só sob a forma de brutalidade policial, detenções e prisões de manifestantes, mas também através de um intenso ataque ideológico lançado por todos os quadrantes do sistema político, que viram as suas fundações tremem-erem quando a repressão, na qual se baseiam, não só foi incapaz de restringir as ondas de revolta como, pelo contrário, fora ela que as provocou desde o início.

Este ataque ideológico dirigiu-se selectivamente a anarquistas, como parte politizada e não mediada dos revoltosos, precisamente devido ao impacto que as suas palavras e acções tiveram, e devido ao perigo que enfrenta o estado quando eles comunicam e se coordenam com os milhares de oprimidos.

Neste contexto, houve um esforço histórico para dividir os revoltosos em "estudantes de bem" por um lado, "anarquistas encapuçados com más intenções – "koukouloforoi" ou "imigrantes-saqueadores" por outro, assim como o bom velho mito sobre provocadores, de forma a manipular a raiva devida ao assassinato, a







extinguir a explosão social, a criminalizar, isolar e esmagar os pontos de referência estáveis desta revolta.

[Aliás, foi esta mesma retórica que levou ao assassinato de A. Grigoropoulos, ao ser responsável por apresentar meios, espaços e pessoas sociais-políticos específicos como o "inimigo interno", sobre o qual a violência do estado deverá ser "legitimamente" aplicada.]

Neste esforço do estado, o ataque contínuo ao Politécnico foi efectuado diariamente, com declarações de políticos e uma campanha de difamação feita pelos mass media. Após as horas de confrontos em Exarchia e em redor do Politécnico durante a noite de 20 de Dezembro, o estado, encabeçado pelo procurador-geral, ameaçou proceder a uma invasão policial, após a suspensão do asilo académico no campus universitário, de modo a suprimir a revolta atacando um dos primeiros locais onde esta se havia iniciado.

As suas intenções viram-se frustradas devido à recusa dos ocupantes a obedecer a qualquer ultimato, à sua intransigência em defender este território político e social como parte da revolta, ao seu apelo aberto para que as pessoas viessem e apoiassem a ocupação com a sua presença, e realizando o planeado concerto de solidariedade com os presos a 22 de Dezembro, o qual juntou centenas de pessoas no Politécnico.

As ameaças de um despejo imediato regressaram de forma mais contundente no dia seguinte, 23 de Dezembro, quando, enquanto a assembleia discutia o final da ocupação, fomos informados por figuras políticas e académicas de que o ministério do Interior e a polícia estavam a exigir a nossa saída imediata do campus, ou então os bófias iriam invadir. A resposta dos ocupantes foi que o Politécnico não pertence nem ao ministério nem à polícia para nos rendermos a eles; ele pertence às pessoas da luta, que decidem o que fazer baseadas exclusivamente em critérios do movimento, e que não aceitam chantagens nem ultimatos por parte dos assassinos. Desta forma, a ocupação do Politécnico prolongou-se por mais um dia, e apelou à manifestação que se realizou no centro de Atenas em solidariedade com os detidos.

Nenhum projecto repressivo nem ataque ideológico conseguiu, nem conseguirá, chantagear o regresso à normalidade e a imposição da pacificação social e de classe. Nada é o mesmo de antes! A deserção do medo, do isolamento e das divisões sociais dominantes, levou milhares de jovens, em conjunto com mulheres e homens de todas as idades, refugiados e migrantes, trabalhadores e desempregados, a juntarem-se nas ruas e por detrás de barricadas a combaterem os tiranos da nossa vida, da nossa dignidade e da nossa liberdade. E esta é uma realidade que ilumina com as suas chamas o futuro da revolta, tanto a sua intensificação como o seu aprofundamento, até à subversão absoluta do mundo dos líderes.

Porque gritámos de todas as formas que aqueles dias pertencem a Alexis, a Michalis Kaltezas, a Carlo Giuliani, a Christoforos Marinos, a Michalis Prekas, a Maria Koulori e a todos os companheiros assassinados pelos porcos assassinos do estado; contudo, esses dias não são dias que pertencem à morte, mas à VIDA! À vida que rebenta nas lutas, nas barricadas, na revolta que continua.

Terminando a ocupação do Politécnico depois de 18 dias, enviamos a nossa mais calorosa solidariedade a todas as pessoas que se tornaram parte desta revolta das mais diversas maneiras, não só na Grécia mas também em muitos países da Europa, da América do Sul e do Norte, da Ásia e da Austrália-Nova-Zelândia. A todos aqueles com quem nos encontrámos e com quem permaneceremos juntos, lutando pela libertação dos presos desta revolta, assim como pela sua continuação até à libertação social global. Por um mundo sem mestres nem escravos, sem polícia nem exércitos, sem fronteiras nem prisões.

MORTE AO ESTADO
VIVA A ANARQUIA!
LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS DETIDOS NA REVOLTA!
A LUTA CONTINUA!

A Ocupação do Politécnico 24/12/08



Não hão-de tardar muito, afianço-te, a dar cabo deste vale fértil e a transformá-lo num inferno. É isso a que chamam progresso. Nunca ouviste esta palavra?
Pois fica a saber que quando alguém te falar de progresso, é porque quer escravizar-te.

Albert Cossery (1913-2008)



Foto: Pedro Barros